



NO. PROCESSO: 2018.7.001363-3
SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR
Data Cadastro: 05/04/2018
CLASSE..... : CORREICAO - ORDINARIA

Partes
REQUERENTE - CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INT
ENVOLVIDO - COMARCA DE ALTAMIRA

1ª VARA CRIMINAL



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Altamira

EDITAL Nº 01/2017

PERÍODO: 27/11 à 01/12/2017

CORREGEDORA: Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 UNIDADE JUDICIAL: 1ª vara criminal

1.2 COMPETÊNCIA: crimes do Juízo singular, incluindo tráfico ilícito de drogas, excluindo-se os crimes dolosos contra vida, os crimes cometidos contra criança e adolescente, bem como os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e execução penal.

1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Ênio Maia Saraiva

1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Substituto

1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 10/07/2017

2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA

2.1 ENDEREÇO:

Prejudicado

2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL:

Prejudicado

2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS:

Relacionar e descrever:

01 (uma) sala para a secretaria;

01 (uma) sala para o gabinete do Magistrado, com banheiro.

2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS:

(X) Boas () Regulares () Ruins

Justificar:



2.5 LIMPEZA E HIGIENE:

Boas Regulares Ruins

Justificar:

2.6 MOBILIÁRIO:

Bom Regular Ruim

Justificar:

2.7 SEGURANÇA:

Boa Regular Ruim

Justificar:

Prejudicado

2.8 ACESSIBILIDADE:

Boa Regular Ruim

Justificar:

Prejudicado

2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL:

Boa Regular Ruim

Justificar:

Prejudicado

3. MAGISTRADOS

3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Ênio Maia Saraiva – desde 10/07/2017

3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Não.

3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL:

Férias e folgas de plantão

3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS:

Não

3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES

Relacionar e descrever:

Mutirão de presos provisórios: 16 a 27/10/2017 e 20/11/2017 a 05/12/2017.

Baixa Processual: 03 a 07/11/2017.

3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: SIM.

Relacionar e descrever:

01. A secretaria da unidade judiciária passou a escanear todas as iniciais/denúncias/inquéritos e demais documentos que ingressam pelo setor de



protocolo a fim de facilitar a consulta pública por advogados e partes. A Secretaria também escaneia todos os procedimentos antigos que são remetidos ao Tribunal em grau de recuso e cartas precatórias devolvidas.

02. A secretaria da 1ª Vara Penal desenvolveu em conjunto com a guarda judiciária do Fórum (PM CB Valberto Ferreira da Costa) um sistema que fotografa e registra, através do sistema *acces*, todas as entradas, com especificação de dia e hora, em que acusados, familiares e terceiros para acompanhamento mensal de processos e/ou audiências estiveram no Fórum de Altamira.

Após, se a guarda verificar se tratar de réu que se encontra respondendo a processo em liberdade, mas que precisa comparecer mensalmente na unidade judiciária, os servidores efetivos da guarda judiciária do TJPEA, lhe fornecem o livro de "ata de comparecimento" para assinatura, com posterior compartilhamento de planilha com a secretaria da vara.

03. No momento da expedição de mandado de prisão, os servidores das varas criminais também encaminham cópia do referido documento para a guarda judiciária, que será registrado no sistema *access*. Desta forma, se o réu que possuir mandado de prisão em seu nome comparecer no Fórum de Altamira será imediatamente detido, ou quando precisar ser intimado de ato judicial é encaminhado a secretaria.

3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
01. Gisele Mendes Camarço Leite	08/02/2012	31/01/2013
02. Luiz Trindade Junior	12/11/2012	07/01/2013
03. Gleucival Zeed Estevão	01/02/2012	03/04/2014
04. Ana Priscila da Cruz	04/04/2014	10/11/2014
05. Carla Sodré da Mota Dessimoni	10/11/2014	19/12/2014
06. Ana Piscila da Cruz	20/12/2014	24/08/2014
07. Leslie Anne Maia Campos	25/08/2015	10/09/2015
08. Ana Priscila da Cruz	11/09/2015	05/2016
09. Carolina Cerqueira de Miranda Maia	03/2016	03/2016
10. Horácio de Miranda Lobato Neto	03/2016	03/2016
11. Luiz Trindade Junior	03/2016	03/2016
12. Michel de Almeida Campelo	03/2016	06/2016
13. Alexandre Jose de Chaves Trindade	07/2016	07/2016
14. Luiz Trindade Junior	07/2016	07/2016
15. Ana Priscila da Cruz	08/2016	09/2016
16. Luiz Trindade Junior	09/2016	09/2016
17. Juliano Dantas Jerônimo	10/2016	12/2016
18. Marcelo de Almeida Campelo	11/2016	12/2016
19. Juliano Dantas Jerônimo	01/2017	02/2017
20. Marcello de Almeida Campelo	02/2017	03/2017
21. Álvaro José da Silva Sousa	03/2017	03/2017
22. Marcello de Almeida Campelo	04/2017	04/2017



23. Alexandre José Chaves Trindade	04/2017	04/2017
24. Marcello de Almeida Campelo	05/2017	07/2017
25. Juliano Dantas Jerônimo	07/2017	07/2017
26. Ênio Maia Saraiva	07/2017	08/2017
27. Luanna Karissa Araújo Lopes Sodré	08/2017	09/2017
28. Ênio Maia Saraiva	09/2017	-

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Iara Leite Pereira

Cargo: Assessora do Juízo (Exclusivamente comissionada)

Ato de nomeação: Portaria nº 1.050/2014-GP, de 08/04/2014

Nome: Elza Rocha Gomes da Silva.

Cargo: Atendente Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 1.109/90-GP, de 18/11/1990.

Nome: Lara Maciel Santos da Silva

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Altamira – contratada

Ato de cedência: ofício nº 042/2016-SEMED/GAB/ATM, de 12/02/2016

4.2 SECRETARIA:

Nome: Thiago da Silva Gonçalves.

Cargo: Auxiliar Judiciário (Diretor de Secretaria)

Ato de nomeação: Portaria nº 0162/2008-GP, de 25/01/2008.

Ato de designação: Portaria nº 004/2014-GJ, 28/01/2010.

Nome: Layana Sandes Rodrigues Cortez

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Ato de nomeação: Portaria nº 1.918/2017-GP, 05/05/2017

Nome: Steffen Von Grapp II

Cargo: Analista Judiciário – Área Judiciária

Ato de nomeação: Portaria nº 2.566/2015-GP, 06/07/2015

Ato de lotação: Portaria nº 2.566/2015-GP, 06/07/2015

Nome: Ana Caroline Brito da Silva

Cargo: Auxiliar Judiciário

Ato de nomeação: Portaria nº 1.204/2012-GP, 03/09/2012.

Nome: Keylla Barbosa Costa

Cargo: Auxiliar Judiciário



Ato de nomeação: Portaria nº 1.837/2013-GP, 08/05/2013.

Nome: Irineide de Oliveira Nogueira

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Altamira – contratada

Ato de cedência: ofício/memorando nº 016/2017 – SEMED/ATM de 31/08/2017

Nome: Tamaria Clementino da Silva

Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal Vitoria de Xingu – contratada

Ato de cedência: Portaria nº 2.179/2015 DE 09/01/2015 SEMED/VTX.

Nome: Sara Ramos Oliveira

Cargo: Estagiária do TJEPA

Nome: Marlon Amorin de Oliveira

Cargo: Estagiário do TJEPA

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Thiago Ribeiro Sanandres – desde janeiro/2017

Dr. Helem Talita Fontes Bedin – desde maio/2017

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Substituição

5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dra. Ticiania Doth Rodrigues Alves Medeiros - desde 11/09/2017

5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:

Substituição

5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE?

Não

6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL

6.1 VEÍCULOS

Prejudicado

6.1.1 FROTA:

Prejudicado

6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA



UNIDADE?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

6.2 INFORMÁTICA:

Secretaria:

Computadores: 09

Impressoras: 01 (zebra)

No break: 05

Scanner: 04

Leitor de código de barras: 03

Gabinete:

Computadores: 03

Impressora: 01

No breaks: 02

Kit de gravação de audiência: 01

6.2.1 ACESSO Á INTERNET:

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

6.2.2 Pontos de Rede (Quantidade):

Secretaria: 17

Gabinete: 10

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 1crimaltamira@tjpa.jus.br.

Quem é o responsável? O Diretor de Secretaria.

Com que frequência? Diariamente.

Obs:

1. O responsável pela abertura do malote digital também é o Diretor de Secretaria. A troca da senha do *email* é efetuada periodicamente.

2. Quem acessa o SDJ é o Diretor de Secretaria.

7 SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(X) Bom () Regular () Ruim

Justificar:

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS



ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(X) Sim () Não

Justificar:

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar:

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

() Sim (X) Não

Justificar: Alguns servidores são cedidos de prefeituras não possuem senha do sistema Libra.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(X) Sim () Não

Justificar: Curso das novas funcionalidades do sistema libra e do PJE.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?

() Sim (x) Não

Justificar: Quem realiza o cadastro e o acompanhamento das audiências é o gabinete. Existe uma servidora designada para auxiliar o magistrado na realização das audiências, bem como por acompanhar audiência e separar os processos para audiência, sanando as pendências necessárias para a realização das mesmas.

Para quando está a pauta de audiência? 03/05/2018.

Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, são realizadas de segunda a sexta – feira.

Quantas audiências são realizadas por dia? Em média, são realizadas 08 (oito) audiências por dia.

Os motivos da remarcação/não realização da audiência são inseridas no campo observação no sistema libra? Os motivos não são inseridos no campo de observação do LIBRA, porém todas as audiências não realizadas são certificadas o motivo da não realização e remarçadas.

Existe um controle físico da pauta de audiência? Sim, através de agenda e uma planilha semanal.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

(x) Sim () Não

Justificar: Porque há uma semana foi realizada um mutirão de cumprimento de processos aptos à serem arquivados.



7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?
 Uma vez por semana

8 QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA:

TOTAL GERAL 2015:

Sentenças: 250

Despachos: 1.174

Decisão interlocutória: 805

Audiências:

-Marcadas: 233

-Realizadas: 341

-Remarcadas: 205

-Não Realizadas: 131

TOTAL GERAL 2016:

Sentenças: 305

Despachos: 1.138

Decisão interlocutória: 892

Audiências:

-Marcadas: 226

-Realizadas: 549

-Remarcadas: 82

-Não Realizadas: 02

TOTAL GERAL 2017 (até 16/11/2017):

Sentenças: 199

Despachos: 1.518

Decisão interlocutória: 1.112

Audiências:

-Marcadas: 204

-Realizadas: 689

-Remarcadas: 147

-Não Realizadas: 14

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FÍSICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017- CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2013	-



AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DA META)	-
CRIMINAIS	
PENAS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	294
PENAS – META 4/2017-CNJ (CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO) DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	02
VIOLENÇA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	-
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	-
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	26
EXECUÇÃO PENAL	-
PENAS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	1.530
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATO INFRACIONAL	-
SITUAÇÃO DE RISCO	-
TUTELA	-
GUARDA	-
ADOÇÃO	-
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-
CARTAS PRECATÓRIAS	
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	96
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA	1.498
Feitos com Tramitação Externa	401
Contagem Física + Tramitação externa	2.349
ACERVO LIBRA	Acervo total: 2.853 Acervo ativo: 2.462
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (X) Sim () Não Justificar:	
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Obs: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento até o mês de outubro de 2017.	



ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	348	382 (META CUMPRIDA)
2016	386	282 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	329	175 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar:

Etiqueta vermelha: Réu Preso.

Etiqueta amarela: Meta 2.

Etiqueta verde: Preso em outro processo.

Etiqueta azul: Carta Precatória.

Etiqueta preta: Processos Sentenciados.

Etiqueta roxa: processo com idoso.

Etiqueta prata: processo de réu preso já sentenciado.

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(6) INICIAIS;

(5) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(-) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(4) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(9) IDOSO;

(-) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(3) RÉU PRESO;

(1) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(2) ALVARÁ DE SOLTURA;

(7) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(-) OUTRO

OBSERVAÇÕES:

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	-	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS	-	X
BACENJUD	-	-



CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	-	-
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	-	-
INFOSEG	-	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	-
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017 AS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Prejudicado		
10.4 CONCESSÃO, INDEFERIMENTO OU NÃO APRECIÇÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA: Prejudicado		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Obs: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento até o mês de outubro de 2017. Acervo: 414		



Alvo: 332 Julgados: 359 Grau de cumprimento: 108,39%
<u>META CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 00
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 63
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (X) Sim () Não Justificar:
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar:
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar:
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Prejudicado
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: Prejudicado
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS: Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar:



Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXITEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Prejudicado
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Prejudicado
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE



CUSTÓDIA? Prejudicado
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Prejudicado
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.2 QUANTIDADE DE CRTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 96
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 73
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Controle: Há um servidor designado para cuidar das cartas precatórias recebidas e enviadas. Cobrança: a cobrança das cartas precatórias é feita periodicamente, sendo cobrada via telefone, e-mail e malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 110
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 113
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 20
16 PETIÇÕES:
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 06
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 13
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 48
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 333 Obs: No sistema Libra constam 636 (seiscentas e trinta e seis) petições pendentes de juntada.
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00



16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 381

17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS:
537.

17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 489

17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00

17.4 PROCESSO CONCLUSO HÁ MAIS DE 100 DIAS: 01

17.5 PROCESSO CONCLUSO HÁ MENOS DE 100 DIAS: 10

17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:

NOME	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Adailton de Lima Souza	16	18/11/2014
Carlos Daniel Berbarly Pontes	70	03/06/2013
Carlos de Figueiredo Macedo	09	27/08/2013
Decio de Lima Oliveira	00	00/00/0000
Delicio Nascimento Silva	05	29/07/2014
Domingos Almeida Silva	10	12/09/2013
Estanislau Juscelino Nunes Leão	02	20/11/2013
Fhellipe Thiago da Silva Guimarães	02	04/07/2017
Francisco Ronaldo de Araújo	27	12/09/2013
Gilson Duarte Gama	00	00/00/0000
Leoneide Rodrigues Baracho	27	28/09/2011
Nayana Zanella Cella	03	07/02/2017
Paulo Victor Assis dos Santos	12	20/09/2017
Pedro da Silva Elói	06	22/07/2014
Raimundo Nonato Souza de Jesus	07	06/07/2013
Luciano Chagas Silva	01	28/04/2017
Israel Augusto Coelho Souza	01	22/05/2017
Adler Vieira Melonio do Nascimento	01	07/06/2017
Sergio Jose Rodrigues Chaves	03	04/07/2017
Heliomar Chaves Lameira	01	20/09/2017
Karen Taciana de Figueiredo Santos	01	11/10/2017
Wagner Ferreira da Silva	02	13/10/2017

17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO?



(X) Sim () Não

Justificar: é retirada do sistema a lista de mandados distribuídos e não devolvidos a mais de 30 dias e efetuada a periódica.

Controle: através do sistema libra.

Cobrança: é realizada verbalmente com o oficial, em caso de não devolução é efetuada a cobrança através de notificação formal.

17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:

	QUANTIDADE:	CARGA MAIS ANTIGA:
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	596	24/08/2009
17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	38	14/07/2017
17.7.3 ADVOGADO	05	19/09/2017

17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO?

(X) Sim () Não

Justificar:

Controle: através do relatório do sistema libra

Cobrança: São expedidos ofícios para o MP e Defensoria Pública; advogado através de publicação via DJE.

18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)

18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ?

() Sim (X) Não

Justificar: Os objetos apreendidos estão cadastrados apenas no Sistema Libra.

18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS?

(X) Sim () Não

Justificar: existe sala de armas separada e reforçada com grade e cadeados.

18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS?

(X) Sim () Não

Justificar:

18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:

BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Relatório em Anexo		

18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE



490

TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO?

Sim () Não

Justificar: Não é feita solicitação, pois a comissão realiza o recolhimento anual das armas de todo o polo de Altamira e encaminha ao exército para a destruição. A última coleta de armas foi realizada no mês de setembro deste ano.

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim () Não

Justificar: Entretanto não há nenhuma arma ou pedido de doação.

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim () Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim () Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim () Não

Justificar: Relatório em anexo. Muitos processos estão sem movimentação pois foram remetidos à delegacia de origem para o cumprimento de diligência e outros se encontram suspensos.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

() Sim () Não

Prejudicado

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

() Sim () Não

Justificar:

Prejudicado

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:



Não foram feitas considerações.

21 CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não foram feitas considerações.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

Juíza titular: **MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA**, afastada desde 28/05/2015, primeiro designada para Vara da Comarca de Belém, com prejuízo de sua jurisdição e atualmente designada Juíza Auxiliar da Ministra Presidente do Conselho Nacional de Justiça, como responsável pelo DMF.

Juiz que se encontra respondendo: **ÊNIO MAIA SARAIVA** (Juiz substituto), desde 10/07/2017. Antes respondia a Juíza substituta Ana Priscila.

Competência: Juízo Singular, excluídos os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e os crimes contra crianças e adolescentes, de competência da 2ª Vara Criminal da Comarca.

GABINETE:

Há 02 (duas) servidoras lotadas, sendo uma que é atendente judiciário, do quadro do TJPA, e uma cedida pela Prefeitura Municipal de Altamira, na condição de contratada pela Prefeitura, além da Assessora do Juízo, exclusivamente comissionada.

O Gabinete realiza o cadastro e o acompanhamento das audiências, sendo que uma servidora é designada para auxiliar o magistrado na realização do ato processual, bem como para acompanhar a audiência e separar os processos para o ato, sanando eventuais pendências para a realização.

A data da última audiência estava designada para 03/05/2018.

As audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, em média, 08 (oito) audiências por dia.

Os motivos da não realização de audiências ou das audiências remarçadas são



certificados, no entanto, não são inseridos no campo observação no Sistema Libra.

SECRETARIA:

Há 07 (sete) servidores lotados na Secretaria, dos quais, 02 (duas) servidoras que são analistas judiciários do quadro do TJPA, 03 (três) servidores auxiliares judiciários do quadro do TJPA, um dos quais exerce a função de Diretor de Secretaria e 02 (duas) servidoras contratadas cedidas, uma pela Prefeitura Municipal de Altamira e outra pela Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu. Há 02 (duas) estagiárias contratadas pelo TJPA.

Os processos são separados por fase processual, em estantes abertas (prateleiras), sendo que os feitos detentores de prioridade legal, entre outros, se encontram identificados com etiquetas coloridas.

As cartas precatórias são identificadas com tarja azul, e se encontram separadas em uma estante as que estão com audiência designada das que aguardam devolução de Mandado. Os processos de réus presos são identificados com tarja vermelha e os processos de réus soltos, que estão presos por outro processo em outra vara, são identificados com tarja na cor verde. Os processos da Meta 2 são identificados com tarja amarela.

A unidade vem adotando procedimentos com vistas a facilitar a consulta pública dos autos em tramitação, como, por exemplo, escanear as petições iniciais, as denúncias, inquéritos policiais e outros documentos que ingressam na Vara.

Os servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Altamira não possuem senha de acesso ao sistema Libra.

Os servidores da unidade relataram a necessidade de realização de curso de atualização sobre as novas funcionalidades do sistema Libra e do PJE.

Observou-se a necessidade de envio de 02 (duas) impressoras para a vara, das quais, 01 (uma) para a secretaria e 01 (uma) para a sala de audiências, além de 03 (três) leitores óticos.

Havia 2.349 (dois mil, trezentos e quarenta e nove) feitos em tramitação, incluindo os físicos e a tramitação externa, constando, no entanto, do sistema Libra, o acervo total de 2.853 (dois mil, oitocentos e cinquenta e três), com acervo ativo de 2.462



(dois mil, quatrocentos e sessenta e dois) feitos.

Houve um aumento expressivo no número de demandas com relação à correição ordinária realizada pela Corregedoria, em novembro de 2015, quando havia 1.587 (mil, quinhentos e oitenta e sete) processos, incluindo os físicos mais tramitação externa, ocasião em que constava, do Sistema Libra o número de 1886 (mil, oitocentos e oitenta e seis) feitos em tramitação.

A Meta 01 do CNJ (julgamento de ações em número maior do que as ajuizadas no ano) chegou a ser cumprida de 2012 até 2015, não tendo sido cumprida em 2016, e não tendo alcançado grau de cumprimento no ano de 2017, até a data da correição (53,03% de grau de cumprimento).

A Meta 2/2017 do CNJ foi cumprida, constando grau de cumprimento, até outubro de 2017 no percentual de 108,39%, de acordo com a Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

A Meta 4/2017 ainda não foi cumprida, tendo alcançado grau de cumprimento no percentual de 85,71%, de acordo com a Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA.

É feita a resenha uma vez por semana.

Havia 1.026 (mil e vinte e seis) processos paralisados pendentes de cumprimento de ato judicial, dos quais 537 (quinhentos e trinta e sete) há mais de 100 dias.

Foram identificadas 3.192 (três mil, cento e noventa e duas) tramitações pendentes de recebimento.

Não havia processos aguardando conclusão e havia 01 (um) processo concluso há mais de 100 dias, e 10 (dez) há menos de 100 dias.

Foram identificadas 06 (seis) iniciais pendentes de registro e autuação e 13 (treze) pendentes de conclusão.

Havia 48 (quarenta e oito) iniciais pendentes de despacho.

Constatou-se a existência de 333 (trezentas e trinta e três) petições intermediárias pendentes de juntada, no entanto, no Sistema Libra, constava a informação de 636 (seiscentas e trinta e seis) intermediárias nessa situação e havia 381 (trezentas e oitenta e uma) intermediárias não despachadas.

Foi constatada a existência de 110 (cento e dez) Inquéritos Policiais pendentes de



encaminhamento ao Ministério Público. Havia 113 (cento e treze) IPLs encaminhados ao MP e 20 (vinte) remetidos à Delegacia de Polícia para cumprimento de diligências.

Havia 27 (vinte e sete) mandados com carga em aberto para Oficial de Justiça desde 28/09/2011, 115 (cento e quinze) com carga em aberto desde 2013, meses de fevereiro, junho, julho, agosto, setembro e outubro, desde 2014, meses de junho, julho e novembro e 2017, meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, julho, setembro e outubro.

Foi constatado que 09 (nove) expedientes haviam sido encaminhados à Central de Mandados há mais de 30/60 dias, sem que tenham sido distribuídos aos Oficiais de Justiça e havia 172 (cento e setenta e dois) mandados pendentes de devolução pelos Oficiais, no mesmo prazo, conforme acima especificado.

O controle é feito através da retirada periódica, do sistema Libra, da lista de mandados distribuídos e não devolvidos há mais de 30 (trinta) dias e a cobrança é realizada verbalmente ao oficial, e, caso não devolvido o mandado, é feita a cobrança através de notificação formal.

Havia 596 (quinhentos e noventa e seis) processos com carga mais antiga para o Ministério Público desde 24/08/2009, 38 (trinta e oito) com a Defensoria Pública desde 14/07/2017 e 05 (cinco) com advogado desde 19/09/2017.

Os bens apreendidos estavam cadastrados somente no Sistema Libra. Havia 787 (setecentos e oitenta e sete) cadastrado no Sistema Libra e somente 01 (um) bem cadastrado no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) do CNJ, referente ao processo nº 0001796-22.2011.814.0005.

Havia 329 (trezentos e vinte e nove) processos sentenciados e não arquivados, 04 (quatro) arquivados com apensos em outra situação e 38 (trinta e oito) não arquivados com apensos arquivados.

Constatou-se a existência de 154 (cento e cinquenta e quatro) subcontas sem movimentação há mais de 03 anos.

O último recolhimento de armas de fogo realizado pela Comissão do TJPA no Fórum de Altamira ocorreu em setembro de 2017.

Havia 63 (sessenta e três) réus presos provisórios. A média de conclusão dos processos de réus presos é em torno de 160 dias.



Há processos sentenciados que aguardam o encaminhamento de guias de recolhimento para a Vara de Execução Penal (2ª vara criminal de Altamira).

Está sendo cumprido o Provimento nº 001/2015 – CJCI – expedição de Termo de apelação para ser assinado pelos réus presos condenados quando da intimação.

Os mandados de prisão preventiva estão sendo cadastrados no BNMP (Banco Nacional dos Mandados de Prisão)

Os mandados de prisão e os alvarás de soltura são emitidos/cadastrados no Sistema Libra.

Realizado o controle do prazo prescricional em alguns processos criminais.

Havia 215 (duzentas e quinze) audiências de custódia cadastradas no SISTAC (Sistema de audiência de custódia do CNJ).

Não havia cadastro de sentença por ato de improbidade administrativa, apesar de constar, até o ano de 2017, que a 1ª Vara criminal de Altamira sentenciou três processos da meta 4 do CNJ.

Com relação ao Sistema Nacional de Controle de interceptações (SNCI), em 2015, foram cadastradas as informações nos doze meses, em 2016, constam 08 (oito) informações cadastradas, pendentes ainda informações mensais. Em 2017, nenhuma informação mensal havia sido cadastrada.

Até o momento da correição, a taxa de congestionamento da unidade se encontrava 68,74%, ou seja, abaixo do índice de referência estabelecido para o período.

* Seguem planilhas com análise da tramitação de cartas precatórias, processos da Meta 02 do CNJ, processos criminais excluídos da Meta 02 do CNJ, bem como de processos de réus presos.

RECOMENDAÇÕES AO DIRETOR DE SECRETARIA:

- 1 – Verificar no Sistema Libra e nos processos existentes fisicamente na vara o que é lixo do Sistema, para evitar taxa irreal de congestionamento;
- 2 – Dar prioridade à tramitação dos processos das Metas 02 e 04 do CNJ;
- 3 – Realizar o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos, e/ou no Sistema Libra, incluindo os suspensos, considerando o previsto na Súmula 415 do



Superior Tribunal de Justiça, com prazo de 30 (trinta) dias, para cumprimento;

4 – Cumprir diligências nos processos paralisados em Secretaria há mais de 100 dias por falta de cumprimento de ato judicial, com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência;

5 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 28/09/2011, utilizando mecanismo de cobrança periódica, no Sistema, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, conforme já havia sido recomendado na correição ordinária realizada pela CJCI em novembro de 2015, com prazo de 30 (trinta) dias para cobrança dos mandados pendentes;

6 – Cobrar, com urgência, a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, havendo 596 desde 24/08/2009, passando a efetuar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, conforme já havia sido recomendado na correição ordinária realizada em novembro de 2015, com prazo de 30 (trinta) dias para cobrança da devolução dos que se encontram com carga em aberto, com prazo de 30 (trinta) dias, para cumprimento;

7 – Registrar e autuar as iniciais pendentes de autuação, com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência;

8 – Providenciar a juntada das intermediárias pendentes de juntada, e encaminhá-las à conclusão, bem como alimentar corretamente o sistema com relação ao procedimento, uma vez que foi constatada divergência de informações entre os dados do Sistema e as conferidas fisicamente. Prazo de 30 (trinta) dias para a providência;

9 – Cadastrar os bens apreendidos tanto no Libra quanto no SNBA, com prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência;

10 – Receber as tramitações pendentes de recebimento, no total de 3.192, com prazo de 30 (trinta) dias para a diligência;

11 – Providenciar resenha para publicação diariamente ou sempre que houver ato judicial;

12 – Encaminhar os Inquéritos Policiais ao MP, pendentes de encaminhamento (total de 110), com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;

13 – Arquivar e dar baixa no sistema dos processos sentenciados com trânsito em julgado e dos apensos, cujos autos principais já se encontram arquivados, com prazo



de 30 (trinta) dias para a diligência;

14 – Cumprir as diligências pendentes nos processos de réus presos nº 0001212-89.2014.8.14.0005, nº 0000123-26.2017.8.14.0005, nº 0004558-43.2017.8.14.0005 e nº 0001495-15.2014.8.14.0005, conforme análise feita, por amostragem, com prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento;

15 – Cobrar, de imediato, a devolução de carta precatória expedida nos autos nº 0001913-53.2008.8.14.0005, nº 0002678-24.2004.8.14.0005, conforme análise, por amostragem;

16 – Proceder, de imediato, o arquivamento dos autos nº 0002996-49.2007.8.14.0005 e verificar se foi alimentado o Sistema com relação à suspensão do processo nº 0003428-44.2008.8.14.0005, conforme análise, por amostragem;

17 – Proceder a devolução, com baixa no sistema, das cartas precatórias nº 0002228-10.2016.8.14.0005, nº 0004669-27.2017.8.14.0005, nº 0005485-09.2017.8.14.0005, nº 0011999-75.2017.8.14.0005 e nº 0012264-77.2017.8.14.0005, conforme análise, por amostragem.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

1 – Dar prioridade e agilizar os processos da Meta 4 do CNJ;

2 – Verificar junto à Secretaria as petições iniciais e intermediárias pendentes de conclusão;

3 – Verificar a correta alimentação dos Sistemas do CNJ, mensalmente, incluindo o de interceptação telefônica, o que havia sido recomendado desde a correição ordinária realizada pela CJCI em novembro de 2015, com prazo de 30 (trinta) dias para a diligência;

4 – Supervisionar, na qualidade de gestor da unidade judiciária, a atividade do Diretor de Secretaria referente à necessidade de baixa no sistema dos processos sentenciados com trânsito em julgado, para evitar taxa irreal de congestionamento;

5 – Verificar a situação das subcontas sem movimentação há mais de 03 (três) anos, dando a correta destinação;

6 – Providenciar a alimentação do Cadastro Nacional de condenados por ato de improbidade administrativa e por ato que implique inelegibilidade, tendo sido



sentenciados 03 (três) processos da Meta 4 do CNJ.

PROVIDÊNCIAS PELA CJCI:

- 1 – Solicitar ao setor competente do TJPA o envio de 02 (duas) impressoras e 03 (três) leitores óticos para a 1ª Vara criminal de Altamira;
- 2 – Solicitar à SGP a realização de treinamento para os servidores sobre as novas funcionalidades do sistema Libra e sobre o PJE.

Altamira, 28/11/2017.



Mônica Máciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria
de Justiça das Comarcas
do Interior

**2ª VARA
CRIMINAL**



Relatório de Competência por Comarca

Comarca: ALTAMIRA

Vara: 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

MICHEL DE ALMEIDA CAMPELO

JUIZ RESPONDENDO

Competências

CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

CRIMES CONTRA MULHER

EXECUÇÃO PENAL

TRIBUNAL DO JURI



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA

COMARCA: Altamira
EDITAL Nº 01/2017
PERÍODO: 27/11 a 01/12/2017
CORREGEDORA: Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
JUÍZA CORREGEDORA: Dra. Mônica Maciel Soares Fonseca
1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1 UNIDADE JUDICIAL: 2ª Vara Criminal de Altamira
1.2 COMPETÊNCIA: Crimes contra crianças e adolescentes, violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes dolosos contra a vida, execução penal.
1.3 MAGISTRADO (A): Dr. Alexandre José Chaves Trindade
1.4 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Titular
1.5 PERÍODO DE EXERCÍCIO: desde 29/06/2016
2. INFORMAÇÕES DA UNIDADE JUDICIÁRIA
2.1 ENDEREÇO: Prejudicado
2.2 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL: Prejudicado
2.3 DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DAS SALAS: Relacionar e descrever: 01 (uma) sala para a secretaria da vara, com dois ambientes; 01 (uma) sala para o gabinete, com banheiro.
2.4 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:
2.5 LIMPEZA E HIGIENE: (X) Boas () Regulares () Ruins Justificar:



2.6 MOBILIÁRIO: (X) Bom () Regular () Ruim Justificar:
2.7 SEGURANÇA: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.8 ACESSIBILIDADE: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
2.9 RESIDÊNCIA OFICIAL: () Boa () Regular () Ruim Justificar: Prejudicado
3. MAGISTRADOS
3.1 MAGISTRADO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dr. Alexandre José Chaves Trindade, desde 29/06/2016
3.2 DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO AUXILIAR OU SUBSTITUTO – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Não
3.3 PERÍODOS DE AUSÊNCIA DO MAGISTRADO ATUAL: Férias regulares.
3.4 CUMULAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES JUDICIÁRIAS: Sim, com a Justiça Eleitoral, com a Direção do Fórum e com o Juizado Especial Criminal.
3.5 PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES OU EM OUTRAS ATIVIDADES Relacionar e descrever: <ul style="list-style-type: none">• Esforço concentrado no período de 20/02/2017 a 17/03/2017; 20/03/2017 a 28/04/2017, 19/06/2017 a 23/06/2017; 16/10/2017 a 30/10/2017; 20/11/2017 a 05/12/2017.• A justiça pela paz em casa de 15 a 19 de agosto de 2016; 06 a 10 de março de 2017; 21 a 25 de agosto; 20 a 24 de novembro;• Semana de Baixa Processual, realizada entre os dias 03 e 07 de julho de 2017; entre outras• Mês estadual do Júri, em agosto de 2017.
3.6 INOVAÇÕES PROCEDIMENTAIS E TECNOLÓGICAS PARA O INCREMENTO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: Relacionar e descrever: Não
3.7 MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA COMARCA NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS:



673

JUIZ	ENTRADA	SAÍDA
Marcello de Almeida Lopes	18/03/2017	24/03/2017
Álvaro José da Silva Sousa	13/03/2017	17/03/2017
Alexandre José Chaves Trindade	30/06/2016	-
Agenor Cassio De Andrade Correa	11/04/2016	29/06/2016
Horácio De Miranda Lobato Neto	09/04/2016	10/04/2016
Carolina Cerqueira De Miranda Maia	01/04/2016	08/04/2016
Carla Sodrê Da Mota Desssimone	28/03/2016	31/03/2016
Carla Sodrê Da Mota Desssimone	14/03/2016	22/03/2016
Horácio De Miranda Lobato Neto	08/03/2016	09/03/2016
Ana Priscila Da Cruz	11/02/2016	24/02/2016
Ana Priscila Da Cruz	25/01/2016	10/02/2016
Ana Priscila Da Cruz	08/01/2016	22/01/2016
Leslie Anne Maia Campos	22/04/2015	21/05/2015
Luiz Trindade Junior	24/08/2010	21/04/2015
Cristina Sadoval Collyer	01/07/2013	02/07/2013
Gleucival Zeed Estevão	27/09/2013	27/09/2013
Pedro Enrico De Oliveira	12/09/2013	13/09/2013

4. QUADRO FUNCIONAL (incluindo estagiários e conciliadores):

4.1 GABINETE:

Nome: Thays Brunner Silveira Lima
Cargo: Assessora do Juízo (exclusivamente comissionada)
Ato de nomeação: Portaria nº 1.463/2014-GP de 14/05/2014

Nome: Mayara do Nascimento e Silva
Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 1.354/2016-GP de 29/04/2016

Nome: Galdino Rodrigues Neto
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 0434/2012-GP, de 01/02/2012
Ato de lotação: Portaria nº 0434/2012- GP, de 01/02/2012

4.2 SECRETARIA:

Nome: Elizane Ellen Chiarini de Moura
Cargo: Auxiliar Judiciária (Diretora de Secretaria)
Ato de nomeação: Portaria nº 0904/2011-GP de 05/04/2011
Ato de lotação: Portaria nº 0904/2011-GP de 05/04/2011



Nome: Waldecy Philipe Carvalho de Meneses
Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária
Ato de nomeação: Portaria nº 4.918/2011-GP, de 16/11/2015
Ato de lotação: Portaria nº 2.576/2015-GP, de 03/07/2015

Nome: Geiciane Oliveira Rodrigues
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 5061/2015-GP, de 30/11/2015
Ato de lotação: Portaria nº 5.061/2015-GP de 30/11/2015

Nome: Luis Fernando Mendes Favacho
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 1.836/-GP, de 18/05/2013
Ato de lotação: Portaria nº 5.103/2013-GP, de 18/12/2013, e Portaria nº 137/2014, de 25/04/2014

Nome: Marizeth Reges Neres
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 345/2017-GP, de 27/01/2017

Nome: Érika Nazaré Monteiro de Oliveira
Cargo: Auxiliar Judiciário
Ato de nomeação: Portaria nº 5.198/2017-GP, de 01/11/2017
Ato de lotação: Portaria nº 5.198/2017-GP, de 01/11/2017

Nome: Maria Alcilene Cunha de Oliveira
Cargo: Cedida da Prefeitura Municipal de Altamira – agente operacional - contratada
Ato de cedência: Portaria nº129/2014

Nome: Eunédia Duarte da Silva
Cargo: Cedida da Câmara Municipal de Altamira, desde 1991 - concursada - auxiliar administrativo
Ato de cedência: Resolução nº039/91 de 30 de agosto de 1991

Nome: Daniela Barbosa de Sousa
Cargo: Estagiária do TJEPa de nível médio superior
Ato de nomeação: Contrato desde 24/02/2017

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

5.1 MINISTÉRIO PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO:

Dr. Thiago Ribeiro Sanandres - desde janeiro de 2017
Dra. Helem Talita Lira Fontes Bedin - desde maio de 2017

5.1.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO:



674

Substitutos
5.1.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
5.2 DEFENSOR PÚBLICO ATUAL – PERÍODO DE EXERCÍCIO: Dra. Ticiania Doth Rodrigues Alves Medeiros – desde 11/09/2017 Dr. Renan Chermont – desde 20/02/2017
5.2.1 NATUREZA DA DESIGNAÇÃO: Substitutos
5.2.2 HÁ CUMULAÇÃO COM OUTRA UNIDADE? Não
6. APOIO À ATIVIDADE JURISDICIONAL
6.1 VEÍCULOS Prejudicado
6.1.1 FROTA: Prejudicado
6.1.2 A FROTA DISPONÍVEL ATENDENTE SATISFATORIAMENTE ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
6.2 INFORMÁTICA: Gabinete Computador: 04 Scanner: 02 Impressora: 01 Notebook: 01 Secretaria Computador: 09 Scanner: 05 Impressora: 03, sendo 01 multifuncional Notebook: 00
6.2.1 ACESSO Á INTERNET: (x) Bom () Regular () Ruim Justificar: a internet é satisfatória.



6.2.2 PONTOS DE REDE (QUANTIDADE): 17 pontos

A quantidade de pontos é suficiente.

6.2.3 SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS: Libra e SEEU.

6.2.4 SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (e-mail): 2crimaltamira@tjpa.jus.br

Quem é responsável por verificar o e-mail da unidade? A Diretora de Secretaria.
Com que frequência? Diariamente.

7. SECRETARIA JUDICIAL

7.1 QUAL ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS PROCESSOS E PASTAS?

(x) Bom () Regular () Ruim

Justificar: Os processos estão em bom estado de conservação. Havendo necessidade, as capas são devidamente substituídas

7.2 OS DOCUMENTOS E PASTAS SÃO GUARDADOS/ARQUIVADOS EM LOCAIS ADEQUADOS, OBSERVANDO-SE CRITÉRIOS PARA A RÁPIDA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar: São utilizadas pastas diversas para documentos específicos para fins de melhor organização e acesso. As pastas são guardadas em armários e prateleiras.

7.3 OS PROCESSOS ESTÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS COM TRAMITAÇÃO INTERNA/LIBRA DE FORMA A FACILITAR SUA LOCALIZAÇÃO?

(x) Sim () Não

Justificar: Os processos ficam em prateleiras com legendas e organizados em blocos identificados para fácil localização.

7.4 OS SERVIDORES DA SECRETARIA E OS ESTAGIÁRIOS POSSUEM E UTILIZAM SENHA INDIVIDUAL PARA ACESSAR O SISTEMA DE GESTÃO PROCESSUAL?

(x) Sim () Não

Justificar:

Observação:

1. Somente a Diretora de Secretaria a Diretora de Secretaria e o servidor Waldecy Philipe Carvalho de Meneses possuem acesso ao SDJ.
2. Todos os servidores da unidade possuem acesso ao malote digital.

7.5 HÁ NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE TREINAMENTO/QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICO PARA SERVIDORES?

(x) Sim () Não

Justificar: Treinamento específico para a Execução Penal e no sistema SEEU.

7.6 TODAS AS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS SÃO CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA NO SISTEMA?



() Sim (x) Não

Justificar: as audiências são cadastradas e acompanhadas no sistema LIBRA pelo gabinete do magistrado.

Para quando está a pauta de audiências? 09/05/2018

Em quais dias da semana são realizadas as audiências? Em regra, de terça a sexta.

Quantas audiências são realizadas por dia? Em média, 08 (oito) por dia.

Os motivos da não realização ou remarcação das audiências são inseridas no Sistema Libra? Sim.

Existe controle físico da pauta de audiências? Sim, através de agenda física.

7.7 HÁ PROCESSOS FINALIZADOS PENDENTES DE BAIXA/ARQUIVAMENTO NA SECRETARIA?

() Sim (x) Não

Justificar: Os processos com sentença de arquivamento são devidamente baixados e arquivados com frequência.

7.8 A PUBLICAÇÃO E CONFERÊNCIA DA RESENHA É FEITA COM QUE FREQUÊNCIA?

Em regra, 03 (três) vezes por semana.

8. QUANTITATIVO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

8.1 QUANTIDADE DE ATOS JUDICIAIS CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA:

TOTAL GERAL 2015:

Sentença: 236

Despacho: 2.585

Decisão interlocutória: 1.151

Audiências:

-Marcadas: 129

-Realizadas: 506

-Remarcadas: 59

-Não realizadas: 17

-Total: 711

Tribunal do Júri:

-Marcados: 23

-Realizados: 05

-Remarcados: 06

-Não realizados: 0

-Total: 34

TOTAL GERAL 2016:

Sentença: 556

Despacho: 2.401

Decisão interlocutória: 1.384



Audiências:

- Marcadas: 222
- Realizadas: 562
- Remarcadas: 182
- Não realizadas: 32
- Total: 998

Tribunal do Júri:

- Marcados: 22
- Realizados: 13
- Remarcados: 13
- Não realizados: 0
- Total: 48

TOTAL GERAL 2017 (até novembro de 2017):

Sentença: 651

Despacho: 1480

Decisão interlocutória: 1.245

Audiências:

- Marcadas: 180
- Realizadas: 555
- Remarcadas: 147
- Não realizadas: 45
- Total: 927

Tribunal do Júri:

- Marcados: 10
- Realizados: 07
- Remarcados: 14
- Não realizados: 2
- Total: 33

8.2 DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO NA CONTAGEM FISICA	QUANTIDADE
CIVEIS	
CÍVEIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	-
CÍVEIS – META 4/2017-CNJ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AÇÕES DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014	-
AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL	-
CÍVEIS – META 6/2017 (AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014)	-
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, EXCLUÍDAS AS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
RECLAMAÇÃO CÍVEL (LEI Nº 9.099/95)	-
CÍVEIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	-
CRIMINAIS	



PENAIIS – META 2/2017 (DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013)	287	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	516	
PROCESSOS TRIBUNAL DO JÚRI	212	
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA (TCOS)	05	
EXECUÇÃO PENAL	643	
PENAIIS (EXCLUÍDOS OS DAS METAS)	349	
INFÂNCIA E JUVENTUDE		
ATO INFRACIONAL	-	
SITUAÇÃO DE RISCO	-	
TUTELA	-	
GUARDA	-	
ADOÇÃO	-	
EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	-	
CARTAS PRECATÓRIAS		
PRECATÓRIAS CÍVEIS	-	
PRECATÓRIAS CRIMINAIS	66	
PRECATÓRIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE	-	
TOTAL – QUANTIDADE IDÊNTICA À CONTAGEM FÍSICA		
Feitos com Tramitação Externa	433	
Contagem Física + Tramitação externa	2.511	
ACERVO LIBRA	Acervo total: 2.865 Acervo ativo: 2.527	
SEEU	282	
9. INDICADORES GERAIS		
9.1 CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS – PROCESSO CIVIL E PENAL – VOL. 1 E MANUAL DE ROTINAS DAS VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL, DISPONÍVEL NA PÁGINA DA CJCI, NA INTERNET: (x) Sim () Não Justificar: Os servidores procuram seguir as orientações no Manual de Rotinas.		
9.2 CUMPRIMENTO DA META 1/2017-CNJ (JULGAMENTO NO ANO DE UM NÚMERO MAIOR DE AÇÕES DAQUELAS DISTRIBUÍDAS) Obs: Dados da Coordenadoria de Planejamento até o mês de outubro de 2017.		
ANO	AÇÕES DISTRIBUÍDAS	AÇÕES JULGADAS
2015	291	135



		(META NÃO CUMPRIDA)
2016	310	243 (META NÃO CUMPRIDA)
2017	222	137 (META NÃO CUMPRIDA)

9.3 OBSERVAÇÃO DE PRIORIDADES LEGAIS (PRESOS, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, DEFICIENTES FÍSICOS, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, METAS-CNJ) COM A IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS:

(x) Sim () Não

Justificar:

Os processos são identificados com fitas coloridas da seguinte forma:

Réu preso: fita vermelha

Crimes contra criança e adolescente: fita verde

Crimes dolosos contra a vida e Tribunal do Júri: fita preta

Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: fita rosa

Meta 2: fita amarela

Quanto aos processos de Execução Penal:

Regime Fechado: fita vermelha

Regime Semiaberto: fitas vermelha e azul

Regime aberto: fita azul

Foragidos: fita preta

9.3.1 INDICAÇÃO POR NUMERAL DA ORDEM DE PRIORIDADE:

(7) POR DETERMINAÇÃO DO JUIZ

(6) PEDIDOS DE LIMINARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA;

(10) COM AUDIÊNCIA OU PRAÇA/LEILÃO DESIGNADOS:

(5) IDOSO;

(4) PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE;

(-) AÇÕES DE ALIMENTOS;

(2) RÉU PRESO;

(3) MANDADO DE SEGURANÇA, HABEAS CORPUS E HABEAS DATA;

(1) ALVARÁ DE SOLTURA;

(9) POR ORDEM CRONOLÓGICA

(8) POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DO PROCESSO;

(11) OUTRO

9.4 ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO SITE DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E DO CNJ

SISTEMAS	SIM	NÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA	-	-
SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS		X



BACENJUD	-	-
CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-	-
INFOJUD	-	-
SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES		X
CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		X
INFOSEG	-	-
CNAEL-CADASTRO DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	-	-
CNA-CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO	-	-
CNACA-CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDA	-	-
INSPEÇÃO-ESTABELECIMENTO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	-	-
BNMP (Resolução 137 do CNJ)	X	
9.5 HÁ REGISTRO/CONTROLE DOS PADS E SINDICÂNCIAS EM TRÂMITE NA UNIDADE? () Sim () Não Justificar: Prejudicado		
10. INDICADORES CÍVEIS		
10.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS CÍVEIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Prejudicado		
10.2 IMPULSIONAMENTO DOS FEITOS DA EXECUÇÃO FISCAL PELO JUÍZO: Prejudicado		
10.3 CUMPRIMENTO DA META 06/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017 PELO MENOS 60% DAS AÇÕES COLETIVAS DISTRIBUÍDAS ATÉ 31/12/2014): Prejudicado		
10.4 PENDÊNCIAS Apreciação de liminar ou Antecipação de Tutela: Quantidade de processos com pedidos de liminar/antecipação de tutela pendentes de apreciação e data da conclusão mais antiga Prejudicado		
11. INDICADORES CRIMINAIS		
11.1 CUMPRIMENTO DA META 02/2017-CNJ (IDENTIFICAR E JULGAR ATÉ 31/12/2017, PELO MENOS 80% DOS PROCESSOS PENAIS DISTRIBUÍDOS ATÉ 31/12/2013): Observação: Dados fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Planejamento até o mês de outubro de 2017. Acervo da meta: 605		



Alvo: 484 Julgados: 523 Grau de cumprimento: 107,52%
<u>META CUMPRIDA</u>
11.2 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS CONDENADOS: 228, sendo 120 no regime fechado e 108 no regime semiaberto.
11.3 QUANTIDADE DE RÉUS PRESOS PROVISÓRIOS: 40
11.4 CUMPRIMENTO DA META DE NIVELAMENTO DO CNJ DE MANUTENÇÃO DE PERCENTUAL ABAIXO DE 40% DE PRESOS PROVISÓRIOS: (x) Sim () Não Justificar: A Vara tem dado prioridade aos processos com presos provisórios.
11.5 CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO 66/2009-CNJ, COM REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO 82/2009-CNJ: (X) Sim () Não Justificar: Sim. Os processos com réu presos tem tramitação prioritária.
11.6 OS PROCESSOS DE RÉUS PRESOS ESTÃO COM TRAMITAÇÃO REGULAR? (X) Sim () Não Justificar: Procura-se dar prioridade aos processos de presos provisórios.
11.7 CUMPRIMENTO DA META 4/2014-ENASP/CNJ (JULGAMENTO DE 80% DAS AÇÕES PENAIS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA CUJA DENÚNCIA FOI RECEBIDA ATÉ 31/12/2009): Quantidade de processos em andamento de competência do Júri distribuídos até 31/12/2009: 49
11.8 QUANTIDADE DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES: 2015: 05; 2016: 13; 2017: 07.
12. INDICADORES INFÂNCIA E JUVENTUDE
12.1 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE: Prejudicado
12.2 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE ABAIXO DO PRAZO DE 45 DIAS: Prejudicado
12.3 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES INTERNADOS PROVISORIAMENTE COM PRAZO DE 45 DIAS EXTRAPOLADOS:



Prejudicado
12.4 HÁ VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIA EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIAS? () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.5 QUANTIDADE DE ADOLESCENTES CUMPRINDO OUTRO TIPO DE MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA: Prejudicado
12.6 AS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA? EM CASO POSITIVO, INDICAR A EXISTÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS ADEQUADOS – EQUIPE INTERDISCIPLINAR E QUANTOS PROCESSOS ESTÃO ATUALIZADOS: () Sim () Não Justificar: Prejudicado
12.7 HÁ ESTABELECIMENTO PARA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
12.8 EM CASO POSITIVO, COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES? Prejudicado
12.9 EXISTEM ENTIDADES DE ATENDIMENTO (DE PROTEÇÃO E SÓCIO-EDUCATIVA) A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COMARCA? Prejudicado
13 INDICADORES EXECUÇÃO PENAL
13.1 EXISTEM PROCESOS DE EXECUÇÃO SEM GUIA DE RECOLHIMENTO/INTERNAMENTO EXPEDIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE? (x) Sim () Não Justificar: De acordo com informações dos servidores do Centro de Recuperação Regional de Altamira há presos sem guia de recolhimento oriundo de outras comarcas.
13.2 EXISTEM PROCESSO DE EXECUÇÃO SEM ATESTADO DE PENA A CUMPRIR? (x) Sim () Não Justificar: A equipe tem feito esforço para fazer os atestados de pena nos processos em regime fechado e semiaberto, porém ainda não foi possível em todos os processos em regime aberto.
13.3 HÁ PENDÊNCIAS QUANTO A APRECIÇÃO DE PEDIDO DE BENEFÍCIO? () Sim (x) Não Justificar: Os benefícios recebem o devido andamento em tempo hábil.
13.4 HÁ VERIFICAÇÃO QUANTO AO REGULAR CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO REGIME DOMICILIAR?



(x) Sim () Não Justificar: Os apenados em regime aberto comparecem em secretaria para justificar suas atividades e assinar caderneta de acompanhamento. Periodicamente os processos são verificados para fins de extinção da punibilidade. Há ainda mutirões realizados pela Defensoria Pública.
13.5 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL VINCULADO A COMARCA? Sim, o Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT e a Superintendência Regional do Xingú
13.6 HÁ ESTABELECIMENTO PENAL ATUALMENTE INTERDITADO? Não.
13.7 COM QUE FREQUÊNCIA É REALIZADA INSPEÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE CUSTÓDIA? Mensalmente. Observação: Falta alimentar o sistema do CNJ.
13.8 HÁ CONSELHO DA COMUNIDADE INSTALADO? Não
14 PRECATÓRIAS
14.1 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM TRAMITAÇÃO: Prejudicado
14.2 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM TRAMITAÇÃO: 66
14.3 QUANTIDADE DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS PENDENTES DE RESPOSTA: 32
14.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DAS PRECATÓRIAS COM PRAZO EXTRAPOLADO? (X) Sim () Não Justificar: Controle: Os processos em que foram expedidas cartas precatórias ficam separados em lotes e prateleiras específicas e são objeto verificação mensal pelos servidores da unidade. Cobrança: é feita a cobrança das cartas precatórias com prazo extrapolado através de ofício, e-mail, telefone, malote digital.
15 INQUÉRITOS POLICIAIS
15.1 PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 00
15.2 INQUÉRITOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO: 172
15.3 INQUÉRITOS REMETIDOS À DEPOL PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS: 28



16 PETIÇÕES:			
16.1 INICIAIS PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO: 00			
16.2 INICIAIS PENDENTES DE CONCLUSÃO: 00			
16.3 INICIAIS PENDENTES DE DESPACHO: 00			
16.4 INTERMEDIÁRIAS NÃO JUNTADAS: 11 Obs: Existem 155 (cento e cinquenta e cinco) petições pendentes de juntada no Sistema Libra.			
16.5 INTERMEDIÁRIAS NÃO REMETIDAS A CONCLUSÃO: 00			
16.6 INTERMEDIÁRIAS NÃO DESPACHADAS: 00			
17 PENDÊNCIAS DA SERVENTIA			
17.1 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MAIS DE 100 DIAS: 00			
17.2 AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL POR MENOS DE 100 DIAS: 15			
17.3 AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO: 00			
17.4 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS: 39			
17.5 PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MENOS DE 100 DIAS: 285			
17.6 MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA:			
NOME	QUANTIDADE	DATA ANTIGA	MAIS
Relatório em Anexo			
17.6.1 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS MANDADOS COM PRAZO EXTRAPOLADO? Justificar: (X) Sim () Não Justificar: O controle é feito através de relatório fornecido pelo sistema LIBRA. A cobrança é feita diretamente na sala dos ofícios de justiça e na central de mandados.			
17.7 PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA:			
	QUANTIDADE:	CARGA ANTIGA:	MAIS
17.7.1 MINISTÉRIO PÚBLICO	396	12/04/2016	



17.7.2 DEFENSORIA PÚBLICA	37	30/06/2017
17.7.3 ADVOGADO	00	-
17.7.4 HÁ CONTROLE/COBRANÇA DOS PROCESSO EM CARGA COM PRAZO EXTRAPOLADO? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: A cobrança é feita através de ofício para a Delegacia e Órgãos do Ministério Público e Defensoria Pública e através do DJE/PA para os advogados. Também utilizamos e-mail, telefone e diretamente aos servidores com a entrega de cópia aos servidores dos órgãos. O controle é feito através do relatório fornecido pelo sistema LIBRA.		
18 ARMAS E BENS APREENDIDOS (OBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 63/2008/CNJ E DOS PROVIMENTOS Nº 03/2014-CJCI E Nº 04/2014-CJCI)		
18.1 AS ARMAS E OS BENS APREENDIDOS ESTÃO DEVIDAMENTE CADASTRADOS NO SISTEMA LIBRA E NO DO CNJ? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Observação: Existem 185 (cento e oitenta e cinco) objetos cadastrados no Sistema Libra, mas apenas 46 (quarenta e seis) no Sistema Nacional de Bens Apreendidos.		
18.2 HÁ LOCAIS ADEQUADOS NA UNIDADE PARA GUARDA DAS ARMAS E DEMAIS BENS APREENDIDOS? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Os bens apreendidos das varas criminais são acondicionados em uma sala localizada no interior do Fórum de Altamira.		
18.3 É REALIZADO REGISTRO NOS AUTOS DE TAIS OBJETOS? (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Justificar: Todos os cadastros feitos nos sistemas LIBRA e CNJ geram documento de comprovação do cadastro e são juntados aos autos.		
18.4 RELAÇÃO DE BENS APREENDIDOS:		
BEM	PROCESSO	NOME DAS PARTES
Relatório em Anexo		
18.5 HÁ ARMAS NO FÓRUM PENDENTES DE RECOLHIMENTO PELA COMISSÃO DE TRANSPORTE DE ARMAS? EM CASO POSITIVO, QUANDO FOI SOLICITADO À COMISSÃO O RECOLHIMENTO? (<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Justificar:		



680

18.6 A SECRETARIA POSSUI ARQUIVO ESPECÍFICO RELACIONANDO ARMAMENTOS E MUNIÇÕES COM PEDIDO DE DOAÇÃO PELO COMANDO DO EXÉRCITO (ART. 5º, II, DO PROVIMENTO Nº 004/2014-CJCI)?

Sim Não

Justificar: Os bens apreendidos das varas criminais são acondicionados em uma sala localizada no interior do Fórum de Altamira.

19 CUSTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

19.1 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITO JUDICIAL NA UNIDADE?

Sim Não

19.2 OS PROCEDIMENTOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ESTÃO SENDO REALIZADOS POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE DEPÓSITO JUDICIAL – SDJ?

Sim Não

Justificar:

19.3 EXISTEM PROCESSOS COM DEPÓSITOS JUDICIAIS SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE TRÊS ANOS?

Sim Não

Justificar: Relatório em anexo.

19.4 EXISTE UNAJ NA COMARCA? QUAL SERVIDOR RESPONSÁVEL?

Sim Não

Prejudicado

19.5 SÃO JUNTADOS AOS AUTOS O BOLETO, RELATÓRIO E A CONTA DO PROCESSO?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

19.6 NAS AÇÕES CÍVEIS, É FEITA A REGULAR APURAÇÃO E COBRANÇA DAS CUSTAS FINAIS ANTES DA SENTENÇA?

Sim Não

Justificar:

Prejudicado

20 CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA:

A Vara possui como competências violência doméstica contra a mulher, crimes contra criança e adolescentes, crimes dolosos contra a vida, Tribunal do Júri e Execução Penal. O acervo não é tão grande, porém os feitos precisam tramitar com celeridade e a devida atenção exigindo bastante esforço de todos para um andamento satisfatório.



Os feitos que chegam à secretaria desde o final de junho do corrente ano (processos e protocolos) são cadastrados no sistema LIBRA para que a consulta possa ser feita mesmo com os autos em tramitação externa.

No mês de maio do deste ano foi disponibilizado o sistema da Execução Unificado – SEEU – que tem contribuído com os trabalhos. Em um mutirão interno, todos os processos de Execução Penal cujo apenado está em regime fechado foram digitalizados e inseridos no referido sistema, tendo restado apenas 17 processos em regime semiaberto pendente de inserção, além dos que estão em regime aberto.

Também foi disponibilizada a ampliação da Secretaria o que permitiu organizar melhor os processos.

Desde o ano de 2012 a equipe da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior tem feito correições periódicas nesta Comarca o que contribuiu para que se possa seguir algumas orientações dadas. Também são feitas correições internas anualmente para melhor controle dos feitos.

21. CONSIDERAÇÕES DO JUÍZO:

Não foram feitas considerações.

22. CORREGEDORIA DO INTERIOR

Juiz titular: **ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE**, desde 29/06/2016.

Competência: Violência Doméstica, Tribunal do Júri, Crimes contra crianças e adolescentes e Execução Penal.

GABINETE:

Há 02 (dois) servidores do quadro do TJPA, sendo 01 (um) analista judiciário e 01 (um) auxiliar judiciário, além da assessora do Juízo, exclusivamente comissionada.

O gabinete fica responsável pela pauta de audiências, que são cadastradas e acompanhadas no Sistema Libra, mantendo-se também agenda para consulta manual.

A pauta de audiência estava para 09 de maio de 2018 e as audiências são realizadas, em regra, de terça a sexta-feira, em média, 08 (oito) por dia.

Os motivos de não realização ou remarcação de audiências são inseridos no Sistema Libra.



A Secretaria mantém o controle dos processos que aguardam audiência, acondicionando-os em prateleiras próprias, separando os que estão pendentes de cumprimento dos que estão com diligências cumpridas. Após cumprimento de diligências e vista ao Ministério Público, os autos são direcionados para a prateleira dos processos que aguardam audiência.

SECRETARIA:

Há 08 (oito) servidores em Secretaria, sendo 06 (seis) do quadro do TJPA, dos quais 05 (cinco) auxiliares judiciários, incluindo a Diretora de Secretaria e 01 (um) analista da área judiciária. Há 02 (duas) servidoras cedidas, uma da Prefeitura Municipal de Altamira (concursada para a função de agente operacional) e 01 (uma) cedida pela Câmara Municipal de Altamira, desde 1991, concursada para o cargo de auxiliar administrativo. Há 01 (uma) estagiária do TJPA nível médio.

A unidade se encontra organizada, com feitos acondicionados em prateleiras identificadas, tramitando por fase processual, sendo que os feitos que envolve prioridade legal são identificados através de etiquetas coloridas afixadas nos autos.

Os processos que envolvem crimes contra criança e adolescente são identificados com fita verde; os de crimes dolosos contra a vida com fita preta; os de violência doméstica e familiar contra a mulher com fita rosa, os de réus presos, com fita vermelha; os da Meta 2 com fita amarela. Com relação aos processos de execução penal, os de regime fechado são identificados com fita vermelha, os do semiaberto com fitas vermelha e azul, os do regime aberto com fita azul e os de apenados foragidos com fita preta. Os processos com livramento condicional são identificados com fita na cor verde.

Os processos do Tribunal do Júri, da Meta 2 do CNJ, os de crimes contra crianças e adolescentes, de violência doméstica e familiar contra a mulher, presos provisórios e cartas precatórias tramitam separados fisicamente dos demais, para facilitar a localização e o manuseio dos feitos.

Desde junho de 2017, a unidade vem digitalizando todos os processos no Sistema Libra, a fim de facilitar a consulta pública dos autos.



Tramitam 2.511 (dois mil, quinhentos e onze) processos físicos, incluindo a tramitação externa. No Sistema Libra, constava o número de 2.865 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco) feitos, além da existência de 282 (duzentos e oitenta e dois) feitos cadastrados no SEEU.

Alguns processos possuem controle do prazo prescricional.

Havia 40 (quarenta) réus presos provisórios e 228 (duzentos e vinte e oito) condenados, dos quais 120 no regime fechado e 108 no regime semiaberto, além dos apenados que cumprem regime aberto.

Foram realizados 07 (sete) júris até a data da correição, e em 2016, haviam sido realizados 13 (treze) e 05 (cinco) em 2015.

As cartas precatórias são encaminhadas por Malote Digital, tanto para comarcas do Estado do Pará, como para comarcas de fora do Estado, e são identificadas com tarja azul.

Havia 06 (seis) cartas precatórias em tramitação e 32 (trinta e duas) cartas precatórias expedidas pendentes de resposta.

Os processos com precatórias expedidas ficam separados em lotes e prateleiras específicas e são objeto de verificação mensal pelos servidores da secretaria da Vara. A cobrança de devolução quando há prazo extrapolado é feita através de ofício, e-mail, telefone e/ou malote digital.

Não havia Inquéritos policiais pendentes de encaminhamento ao MP, tendo sido constatado que 172 (cento e setenta e dois) IPLs haviam sido encaminhados ao referido órgão e 28 (vinte e oito) haviam sido remetidos à DEPOL, para cumprimento de diligências.

Não foram identificados iniciais pendentes de registro e autuação, nem iniciais pendentes de conclusão ou de despacho.

Foi informada a existência de 11 (onze) intermediárias não juntadas, no entanto, constava, no Sistema Libra, o número de 155 (cento e cinquenta e cinco) petições intermediárias pendentes de juntada.

Foi constatada a existência de 3.630 (três mil, seiscentas e trinta) tramitações pendentes de recebimento e 904 (novecentos e quatro) processos sem movimentação há mais de 100 dias.



Havia 15 (quinze) processos paralisados há menos de 100 dias.

Havia 39 (trinta e nove) processos conclusos há mais de 100 dias e 285 (duzentos e oitenta e cinco) há menos de 100 dias.

Foram identificados 21 (vinte e um) processos aguardando trânsito em julgado e 89 (oitenta e nove) aguardando cumprimento de diligências pela DEPOL.

Os processos de execução penal ficam separados dos demais e estão também separados por tipo de regime de pena e por ato processual.

A Comarca de Altamira é polo e recebe processos de execução penal das Comarcas de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Senador José Porfírio e Porto de Moz.

A unidade utiliza o SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado) e se encontram cadastrados no referido Sistema a quase totalidade dos feitos do regime semiaberto e do fechado, restando somente 17 (dezessete) feitos pendentes de digitalização.

Os feitos de execução penal que não se encontram cadastrados no SEEU estão acondicionados em armários separados e identificados.

Há 643 (seiscentos e quarenta e três) processos físicos de execução penal, 282 (duzentos e oitenta e dois) no SEEU, dos quais, 120 (cento e vinte) do regime fechado, 108 (cento e oito) do regime semiaberto e 350 (trezentos e cinquenta) do regime aberto.

O cálculo das penas na execução é realizado no SISPE nos processos físicos e algumas vezes, pela calculadora do CNJ.

Foram identificados 68 (sessenta e oito) processos de execução pendentes de cumprimento; 07 (sete) pendentes de cálculo de liquidação; 10 (dez) aguardando a expedição de certidão de trânsito em julgado; 08 (oito) aguardando retificação de guia e 211 (duzentos e onze) suspensos em secretaria.

Constatou-se ainda a existência de processos de execução sem guia de recolhimento/internamento expedida pelo juízo sentenciante, bem como sem atestados de liquidação da, havendo necessidade de maior acompanhamento do cumprimento da pena.



Há 02 (dois) estabelecimentos prisionais vinculados à unidade: o Centro de Recuperação Regional de Altamira e a Superintendência Regional do Xingu, os quais são inspecionados mensalmente pelo Magistrado titular da Vara.

Até o momento da Correição, a unidade não havia alcançado o grau de cumprimento da Meta 1 do CNJ, encontrando-se no percentual de 61,43%.

A Vara cumpriu a Meta 2 do CNJ, tendo alcançando 108,06% de grau de cumprimento.

Está sendo cumprido o Provimento 001/2015-CJCI – Expedição de Termo de Apelação assinado por réus presos condenados.

Constatou-se a existência de 185 (cento e oitenta e cinco) bens apreendidos cadastrados no Sistema Libra e somente 46 (quarenta e seis) no SNBA, do CNJ.

Os bens apreendidos são acondicionados em uma sala localizada no interior do Fórum de Altamira.

O CPC do IML Renato Chaves atende às comarcas que integram o Pólo e demora para entregar os laudos periciais, o que atrasa a tramitação dos processos, sobretudo os do Tribunal do Júri.

Não há Propaz.

Constatou-se que 27 (vinte e sete) expedientes foram encaminhados à Central de Mandados e ainda se encontravam pendentes de distribuição há mais de 30/60 dias, e que 104 mandados se encontravam na posse dos meirinhos, no mesmo prazo, sem cumprimento, cujas datas mais antigas remontam a 15/04/2011 e 27/01/2011, respectivamente.

O controle é feito através de relatório emitido pelo Sistema Libra e a cobrança é feita diretamente na sala dos oficiais de Justiça e na central de mandados.

Havia 396 (trezentos e noventa e seis) processos com carga mais antiga para o MP datada de 12/04/2016 e 37 (trinta e sete) com carga para a Defensoria Pública desde 30/06/2017. Não havia processos com carga em aberto para advogados.

Havia 98 (noventa e oito) subcontas judiciais sem movimentação há mais de 03 (três) anos.

Os processos que envolvem crimes contra crianças e adolescentes também demoram para serem concluídos. A oitiva da vítima de crime contra a dignidade sexual



criança é feita pela equipe multidisciplinar, composta por 01 (um) psicólogo, 01 (um) assistente social e 01 (um) pedagogo, a qual atende a todas as varas com competência especializada (violência doméstica e familiar, Família, Infância e Juventude). A equipe faz visita domiciliar para realizar o estudo psicossocial, mas em alguns casos, a vítima comparece com familiar seu para ser ouvida no Fórum.

O BNMP (Banco Nacional de Mandados de Prisão) é alimentado.

Há pendência na alimentação do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), no mês de novembro do ano de 2016, no Centro de Recuperação da Altamira. No ano de 2017, ficou pendente o cadastro das inspeções nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017, no Centro de Recuperação de Altamira, bem como não há nenhuma inspeção cadastrada na Superintendência Regional do Xingu.

Os alvarás de soltura e os mandados de prisão são emitidos eletronicamente.

A Comissão de armas do TJPA havia feito recolhimento de armas de fogo em setembro de 2017.

A Secretaria tenta fazer resenha para publicação três vezes por semana.

Foram identificados no Sistema 71 (setenta e um) processos sentenciados e não arquivados, 14 (catorze) arquivados com apensos em outra situação e 129 (cento e vinte e nove) processos não arquivados com apensos arquivados.

Os servidores relataram que precisam de treinamento para o uso do SEEU.

A taxa de congestionamento da 2ª Vara criminal de Altamira, de acordo com o Departamento de Estatística do TJPA, se encontrava, até o momento da Correição, em 63,29%, ou seja, abaixo do índice de referência estabelecido para o período.

Obs: Funcionam na comarca a Superintendência da Polícia Civil do Xingu e a Delegacia Especializada da Mulher (DEAM). Há também o Centro de Recuperação de Altamira.

* Seguem planilhas com análise da tramitação de cartas precatórias, processos da Meta 02 do CNJ, processos criminais excluídos da Meta 02 do CNJ, feitos de Violência doméstica e familiar contra a mulher, do Tribunal do Júri, processos de Execução Penal, de ações penais excluídas da Meta 02, bem como de processos de réus presos.



RECOMENDAÇÕES À DIRETORA DE SECRETARIA:

- 1 – Verificar, no Sistema Libra, e nos processos existentes fisicamente na vara, os processos sentenciados com trânsito em julgado, pendentes de arquivamento/baixa, bem como os apensos ativos referentes a processos arquivados, para se evitar taxa irreal de congestionamento, procedendo à baixa/arquivamento imediato;
- 2 – Dar prioridade à tramitação dos processos da Meta 4 do CNJ;
- 3 – Dar prioridade aos processos da Meta 04 ENASP/CNJ;
- 4 – Realizar o controle do prazo prescricional na contracapa dos processos e/ou no Sistema Libra, incluindo os suspensos, considerando o previsto na Súmula 415 do Superior Tribunal de Justiça;
- 5 – Cobrar os mandados com Oficiais de Justiça, alguns com carga em aberto desde 27/01/2011, utilizando mecanismo no Sistema, de cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, com prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança de devolução dos mandados, o que havia sido, inclusive, recomendado desde a Correição ordinária realizada em novembro de 2015. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência;
- 6 – Cobrar a devolução dos processos que se encontram com carga para o Ministério Público, desde 12/04/2016, e para a Defensoria Pública, desde 30/06/2017, passando a efetuar cobrança periódica, a cada 30 (trinta) dias, no máximo, através da utilização de mecanismo no Sistema Libra, com prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência, o que havia sido, inclusive, recomendado, desde a Correição ordinária realizada em novembro de 2015. Fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência;
- 7 – Juntar as petições intermediárias pendentes de juntada e encaminhá-las à conclusão, com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;
- 8 – Verificar, junto com o Magistrado, a necessidade de movimentação das subcontas judiciais paralisadas há mais de 03 anos, com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;
- 9 – Verificar os processos de execução penal que se encontram sem guia de recolhimento/internamento expedida, e sem atestados de liquidação da pena, tomando as providências necessárias, com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;



- 10 – Cumprir outras diligências pendentes nos processos de execução da pena, com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;
- 11 – Alimentar o cadastramento de bens apreendidos, tanto no Sistema Libra quanto no SNBA, com prazo de 30 (trinta) dias para a providência;
- 12 – Proceder diariamente a resenha para publicação ou sempre que houver ato judicial para publicar (prazo imediato);
- 13 – Receber as tramitações pendentes de recebimento (3.630), com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da providência;
- 14 – Cumprir as diligências necessárias nos processos que se encontram paralisados há mais de 100 dias, com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento;
- 15 – Cobrar os IPLs que se encontram na DEPOL, pendentes de diligências, com prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento;
- 16 – Proceder, de imediato, o arquivamento/baixa do processo nº 0002996-49.2007.814.0005, conforme análise, por amostragem;
- 17 – Cumprir diligências no processo nº 0000785-25.2006.814.0005, conforme análise por amostragem, com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento;
- 18 – Cobrar, de imediato, a devolução do mandado de citação ao Oficial de Justiça, nos autos de carta precatória nº 0000681-95.2017.8.14.0005, e após, devolver ao Juízo de origem, bem como cobrar, de imediato, a devolução do mandado, ao Oficial de Justiça, nos autos de carta precatória nº 0012201-52.2017.8.14.0005 e nº 0013298-87.2017.8.14.0005, conforme análise por amostragem.

RECOMENDAÇÕES AO MAGISTRADO:

- 1 – Dar prioridade e agilizar os processos da Meta 04 do ENASP/CNJ;
- 2 – Verificar, junto à Secretaria, as petições intermediárias pendentes de juntada e de conclusão;
- 3 – Despachar ou julgar os processos conclusos há mais de 100 dias;
- 4 – Alimentar o Sistema Nacional de Controle de interceptações do CNJ (SNCI) e o Cadastro Nacional de Inspeções nos estabelecimentos penais do CNJ (CNIEP), com prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência;
- 5 – Empreender esforços para o cumprimento da Meta 1 do CNJ;



- 6 – Evitar que ocorram situações como a identificada nos autos nº 0002778-68.2017.8.14.0005, conforme análise por amostragem;
- 7 – Solicitar, de imediato, à autoridade policial a devolução do IPL nº 0013460-82.2017.8.14.0005 que se encontrava com indiciado preso sem formação de culpa, conforme análise, por amostragem;
- 8 – Agilizar, de imediato, a tramitação e conclusão do processo nº 0000161-38.2017.8.14.0005, que envolve réu preso há mais de 10 (dez) meses e proferir sentença nos autos nº 0107832-91.201.5.8.14.0005 de réu que se encontra preso provisoriamente há quase 02 anos, conforme análise, por amostragem;
- 9 – Proceder, de imediato, a designação e realização da Sessão do Júri no processo nº 0000551-10.2006.8.14.0005, tratando-se de crime ocorrido há mais de 20 anos, conforme análise, por amostragem;
- 10 – Agilizar, de imediato, a tramitação e conclusão do processo nº 0003965-14.2017.8.14.0005 que envolve réu preso há mais de 08 meses, conforme análise por amostragem;
- 11 – Observar o disposto no Provimento nº 003/2013- CJRMB/CJCI e resolução nº 154 do CNJ, com relação à aplicação das verbas de pena de prestação pecuniária, quando houver pedido de habilitação de projetos desenvolvidos pela Direção do Centro Regional de Recuperação de Altamira.

Altamira, 28/11/2017.

Mônica Maciel Soares Fonseca
Juíza Auxiliar da Corregedoria
de Justiça das Comarcas
do Interior